



**PORTARIA Nº 83 DE 01 DE ABRIL DE 2022**

*Este documento foi publicado nos quadros de aviso da PMJ nos termos da lei nº 1.493/2001*  
Janaúba 01/04/2022

**DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SUMÁRIO E NOMEIA COMISSÃO PARA APURAÇÃO DOS FATOS E CONDUÇÃO DO PROCESSO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

O Controlador-Geral Municipal de Janaúba, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 20 da Lei Municipal nº 2.238/2017, o artigo 24 do Decreto Municipal nº 11/2018, de 31 de janeiro de 2018 e a Lei Municipal 1.717/2007 e,

Considerando, que o Processo Administrativo é instrumento destinado a apurar fatos imputados a servidor, por infração praticada no exercício de suas atribuições em que encontre investido, bem como oferecer-lhe oportunidade de provar sua inocência, e

Considerando, que a Administração Pública está adstrita ao princípio da Legalidade (art. 37 da CF/88), pelo qual somente pode agir de acordo com o que estiver expressamente previsto em lei, e

Considerando que a Unidade de Controle Interno informou à Controladoria-Geral que a servidora Maria Sílvia Nogueira, Matrícula Funcional n. 8685, estaria em suposto acúmulo ilegal de cargos públicos, em razão de apuração feita pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE/MG em 2018, e

Considerando que a Constituição Federal de 1988 em seu artigo n. 37, inciso XVI e o Município de Janaúba no artigo 127 da Lei Municipal n. 1.717/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Janaúba/MG, vedam expressamente a acumulação ilegal de cargos públicos,

**RESOLVE:**

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Sumário para apurar possível acumulação ilegal de cargos públicos, conforme descrito no artigo n. 142 da Lei Municipal n.



## CONTROLADORIA GERAL

Praça Dr. Rockert, 92 – Centro – CEP 39440-000 – Janaúba – MG  
Telefone: (38) 3821-4009 – e-mail: controleinterno@janauba.mg.gov.br

1.717/07, supostamente praticada pela servidora Maria Sílvia Nogueira, Matrícula Funcional n. 8685;

Parágrafo Primeiro – Fica desde já autorizada a apuração dos responsáveis, bem como de outras infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º Designar os seguintes servidores efetivos para compor a Comissão de Processo Administrativo Sumário para apuração dos fatos: 1) Lara Daniely Martins Rodrigues – Matrícula funcional 45.428; 2) Daiene Lisboa Ferreira – Matrícula funcional 45.428.

§ 1º - Os trabalhos dessa Comissão serão presididos pela servidora Lara Daniely Martins Rodrigues.

§ 2º - A Comissão terá como Secretário servidor designado pelo seu presidente, devendo a designação recair em um dos membros.

Art. 3º A Comissão ora nomeada, terá o prazo de 30 (trinta) dias para concluir a apuração dos fatos, dando ciência dos mesmos à administração Municipal.

Art. 4º Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Município de Janaúba, 01 de abril de 2022.

  
**EULER RODRIGUES SANTOS**  
**CONTROLADOR-GERAL MUNICIPAL**